



# O Trágico na Política Internacional: Insuficiências da Abordagem à Tragédia no Realismo Ofensivo de Mearsheimer

*The Tragic in International Politics:  
Insufficiencies in the Approach to Tragedy  
in Mearsheimer's Offensive Realism*

*Lo trágico en la política internacional:  
insuficiencias del enfoque de la tragedia  
en el realismo ofensivo de Mearsheimer*

DOI: 10.21530/ci.v21n1.2026.1628

Gilberto Carvalho de Oliveira<sup>1, 2</sup>

## Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## Resumo

Tomando como quadro de referência a tragédia clássica grega e recorrendo à peça *Édipo Rei* para fins heurísticos, o artigo faz uma análise crítica da apropriação da tragédia feita por John Mearsheimer em seu livro-chave sobre o realismo ofensivo — *The Tragedy of Great Power Politics*. Com essa abordagem, o artigo procura não só expor algumas insuficiências no tratamento dado à tragédia dentro da lógica explanatória do realismo ofensivo, mas também mostrar como essas insuficiências conectam-se com importantes limitações no próprio modo como Mearsheimer formula a sua teoria. Sugere-se, finalmente, a abertura da agenda de pesquisa sobre a relação entre tragédia e política internacional

1 Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor-Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ, Rio de Janeiro — RJ. (gilbertooliv@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6713-1126>.

2 Agradeço imensamente à Equipe Editorial da Revista Carta Internacional e aos/às pareceristas anônimos/as pelos comentários, sugestões e questões instigantes que muito me ajudaram na elaboração deste artigo.

Artigo submetido em 28/09/2025 e aprovado em 08/06/2026.





para abordagens críticas e reflexivas que ampliem o debate para além do seu foco realista predominante.

**Palavras-chave:** Édipo Rei, Política Internacional, Realismo Ofensivo, Tragédia.

## Abstract

Taking classical Greek tragedy as a framework and drawing on the play *Oedipus Rex* for heuristic purposes, this article offers a critical analysis of John Mearsheimer's appropriation of tragedy in his seminal work on offensive realism — *The Tragedy of Great Power Politics*. With this approach, the article seeks not only to expose certain limitations in the treatment of tragedy within the explanatory logic of offensive realism, but also to show how these insufficiencies connect with important limitations of the very way in which Mearsheimer formulates his theory. Finally, it is suggested that the research agenda on the relationship between tragedy and international politics be opened to critical and reflexive approaches that expand the debate beyond its predominant realist focus.

**Keywords:** Oedipus Rex, International Politics, Offensive Realism, Tragedy.

## Resumen

Tomando como marco de referencia la tragedia clásica griega y recurriendo a la obra *Edipo Rey* con fines heurísticos, el artículo realiza un análisis crítico de la apropiación de la tragedia que hace John Mearsheimer en su obra clave sobre el realismo ofensivo: *The Tragedy of Great Power Politics*. Con este enfoque, el artículo busca no solo exponer algunas insuficiencias en el tratamiento dado a la tragedia dentro de la lógica explicativa del realismo ofensivo, sino también mostrar cómo estas insuficiencias se conectan con importantes limitaciones de la propia forma en que Mearsheimer formula su teoría. Por último, se sugiere abrir la agenda de investigación sobre la relación entre la tragedia y la política internacional a enfoques críticos y reflexivos que amplíen el debate más allá de su enfoque realista predominante.

**Palabras clave:** Edipo Rey, Realismo Ofensivo, Política Internacional, Tragedia.





## Introdução

O tema da tragédia não é uma novidade no campo disciplinar das Relações Internacionais (RI). Autores ligados, principalmente, à tradição realista (Morgenthau 1947; Mearsheimer 2001; Lebow 2003, 2020) — e, em alguns casos, à Escola Inglesa (Mayall 2003) e à teorização normativa (Frost 2003) — têm sido receptivos à ideia de que a tragédia é uma categoria analítica ou uma fonte de *insights* sobre a política internacional. A década de 2000 foi especialmente produtiva nesse debate. Estimulados, principalmente, pela obra de Richard Ned Lebow (2003) e pelo resgate que ele faz da visão trágica de importantes pensadores do realismo clássico, um grupo mais diversificado e abrangente de autores juntou-se a essa discussão, conforme mostra a obra coletiva organizada posteriormente por Erskine e Lebow (2012).

Embora o debate tenha arrefecido na década seguinte, pode-se dizer que uma agenda temática focada na dimensão trágica da política internacional já se encontra incorporada à disciplina de RI. A discussão proposta neste artigo integra-se à essa agenda temática, mas posiciona-se criticamente em relação ao realismo epistêmico que define a lente predominante através da qual a tragédia é vista na disciplina. Mais especificamente, o artigo propõe uma análise crítica da apropriação da tragédia feita por John Mearsheimer em seu livro-chave sobre o realismo ofensivo — *The Tragedy of Great Power Politics* (2001).

Dentro do conjunto mais amplo de autores anteriormente mencionado, o foco na visão trágica de Mearsheimer indica um olhar seletivo, mas que se justifica, para os efeitos deste artigo, por duas razões principais. A primeira é que as limitações impostas à extensão deste artigo não possibilitariam uma discussão minimamente consistente de todas as perspectivas que integram esse debate. Isto leva-me a escolher, por razões pragmáticas, um foco mais específico. A segunda e principal razão é a constatação de que as aproximações ao tema da tragédia têm sido feitas, sobretudo, por autores mais próximos da tradição realista clássica, com algumas derivações para a teorização normativa, o que deixa uma lacuna na bibliografia no que tange à problematização e discussão da concepção específica de tragédia subjacente ao realismo ofensivo de Mearsheimer.

Assim, ainda que se reconheçam os limites mais amplos da abordagem à tragédia na disciplina — amplitude que levo em consideração na pesquisa mais abrangente que está por trás deste artigo — é igualmente importante reconhecer





que existe um déficit na reflexão teórica e crítica sobre o lugar ocupado pela tragédia dentro da lógica explanatória do realismo ofensivo. São essas razões que me levam a concentrar este artigo na obra de Mearsheimer, orientando a análise por duas questões principais: Como a tragédia se integra na teorização do realismo ofensivo? Até que ponto o tratamento dado à tragédia por Mearsheimer deixa lacunas que nos desafiam a ir mais longe no debate sobre a dimensão trágica da política internacional?

Tentando responder essas questões, o artigo identifica, com base na leitura pormenorizada da peça *Édipo Rei* de Sófocles, algumas nuances e implicações que, embora importantes no delineamento do tipo de problematização do mundo feito pela tragédia, são insuficientemente tratadas no modo como Mearsheimer se apropria do trágico dentro da lógica explanatória do realismo ofensivo. Essas insuficiências dizem respeito a dois aspectos principais: o papel da agência humana e o conflito ético-político insolúvel que caracteriza o que se chama, neste artigo, de “problema geral do trágico”. A não apreensão desses dois aspectos faz com que Mearsheimer se aproxime do trágico de uma forma simplificada, como se fosse uma fatalidade catastrófica causada por forças externas à ação humana — os imperativos sistêmicos —, deixando de perceber as relações mais complexas e ambíguas que se estabelecem na tragédia entre as escolhas e ações do herói trágico, a sua comunidade política (*polis*) e a esfera externa do destino. Conforme se propõe mostrar neste artigo, essa apreensão limitada da tragédia conecta-se com as próprias simplificações que Mearsheimer realiza na formulação da sua teoria.

Antes de prosseguir a análise, cabem algumas considerações sobre a concepção de tragédia aqui adotada. Na proposta analítica deste artigo, a tragédia não é tratada no sentido cotidiano do termo, mas é abordada de uma perspectiva mais especializada e conceitual. Embora o senso comum nos leve a usar esse termo, geralmente, para qualificar fatalidades que causam grande sofrimento, a tragédia é aqui entendida em sua concepção *stricto sensu*, como uma forma peculiar de dramatização teatral que nasceu, floresceu e morreu no decurso de apenas sete décadas na Atenas do século V a.C. (Vernant e Vidal-Naquet 1990; Nietzsche 1992), chegando aos nossos dias por meio das peças trágicas de Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Ainda que se possam considerar outras expressões, variações ou reinterpretações posteriores do gênero trágico, este artigo considera que as características prototípicas da tragédia estão nessa origem ática, fornecendo o





referencial conceitual e o tipo específico de conflito ético-político que definem o gênero trágico.

Com essa discussão, o artigo propõe uma contribuição que se desdobra em duas dimensões complementares. Em uma delas, o artigo faz uma intervenção crítica no debate teórico realista, especificamente na relação que Mearsheimer estabelece entre tragédia e política internacional, procurando mostrar como a sua concepção limitada da tragédia tem implicações importantes no próprio modo como o realismo ofensivo é teorizado. Em outra, o artigo posiciona-se dentro do que tem sido chamado de “virada estética” no debate sobre a política internacional (Bleiker 2001), buscando abordar a tragédia dentro do seu referencial poético próprio. Com esse duplo movimento — crítico e estético — o artigo procura não só expor algumas limitações do realismo epistêmico que orienta o modo como a relação entre tragédia e política internacional tem sido tratada, mas também buscar novas direções para a revitalização do debate sobre a dimensão trágica da política internacional em linha com os desenvolvimentos metateóricos que, desde a década de 1980, têm expandido as fronteiras da disciplina de RI para além dos seus parâmetros racionalistas dominantes.

No desenvolvimento dessa análise o artigo faz, na primeira seção, uma síntese do tratamento dado à tragédia no realismo ofensivo de Mearsheimer. Recorrendo à tragédia *Édipo Rei*, para fins heurísticos, procura-se mostrar, na segunda seção, como o núcleo problemático da tragédia articula a questão da agência humana e o conflito ético-político insolúvel vivenciado pelo herói trágico. Com base nessas considerações sobre a tragédia, a terceira seção procura mostrar as limitações da visão trágica de Mearsheimer e como essas limitações se conectam com o modo como o autor formula a sua teoria. Em uma seção conclusiva, sugerem-se algumas direções gerais para se expandir o debate sobre tragédia e política internacional para além do realismo epistêmico que está na base da abordagem à tragédia dentro do realismo ofensivo.

## O Trágico na Política das Grandes Potências

Em *The Tragedy of Great Power Politics*, Mearsheimer recorre à noção de tragédia para argumentar que as grandes potências estão fadadas a acumular tanto poder quanto puderem na tentativa de dominar o sistema internacional







e que, por essa razão, “o mundo está condenado a uma competição perpétua entre as grandes potências”<sup>3</sup> (2001, 2). Para o autor, “a estrutura do sistema internacional *força* os Estados”<sup>4</sup> a agirem dessa maneira (2001, 3) e “essa é uma situação trágica”<sup>5</sup> da qual não há como escapar (2001, xii). A tragicidade da política internacional está nessa fatalidade, nessa imposição externa que age como uma espécie de destino inescapável, “obrigando” as grandes potências a adotarem uma postura ofensiva que, muitas vezes, culmina no choque, na violência, na guerra.

Ancorado numa abordagem estrutural do realismo, Mearsheimer vê a condição anárquica do sistema internacional como a causa da perpétua competição por segurança. Como o autor afirma, sua “teoria do realismo ofensivo também é uma teoria estrutural da política internacional”<sup>6</sup> (2001, 21), o que implica dizer que, assim como na teoria da política internacional de Kenneth Waltz (1979), sua proposta teórica começa com a assunção de que o comportamento internacional dos Estados “é influenciado principalmente pelo seu ambiente externo, não pelas suas características internas”<sup>7</sup> (Mearsheimer 2001, 17). Por outros termos, os Estados são amplamente condicionados pela estrutura do sistema internacional, que os impulsiona a agir ofensivamente em consequência de cinco fatores principais: a estrutura anárquica do sistema internacional, definida pela inexistência de qualquer instância governamental superior aos Estados que lhes possa ajudar em caso de ameaças externas; a posse de meios militares ofensivos pelos Estados, com capacidade de provocar danos e destruição mútua; a constante incerteza sobre as intenções dos outros Estados, o que sempre deixa no ar a dúvida sobre se o oponente tem ou não a pretensão de usar ofensivamente o seu arsenal militar; a sobrevivência como objetivo principal de cada Estado, traduzida pela necessidade de manter sua autonomia política e unidade territorial; e a racionalidade que move os Estados para constantes cálculos estratégicos sobre como sobreviver sob as condições impostas pelo ambiente externo (Mearsheimer 2001).

Para Mearsheimer, esses são “imperativos sistêmicos” que, tomados em conjunto, fazem com que as grandes potências olhem umas às outras com temor e desconfiança, o que cria incentivos para que elas “pensem e ajam ofensivamente

---

3 Tradução livre de: “the world is condemned to perpetual great-power competition”.

4 Tradução livre de: “the structure of the international system *forces* states” (ênfase minha).

5 Tradução livre de: “this is a tragic situation”.

6 Tradução livre de: “theory of offensive realism is also a structural theory of international politics”.

7 Tradução livre de: “is influenced mainly by their external environment, not by their internal characteristics”.





umas em relação às outras”<sup>8</sup> (2001, 39). Para garantir que suas sobrevivências sejam asseguradas, as grandes potências estão sempre preocupadas com a forma como as capacidades materiais de poder, traduzidas primordialmente em termos militares, estão distribuídas no sistema internacional (Mearsheimer 2001). Em consequência dessa desconfiança mútua — associada à dinâmica conhecida na tradição realista como “dilema de segurança” (Mearsheimer 2006, 121) —, as potências atuam no sentido de maximizar suas parcelas de poder relativo, numa lógica de soma-zero onde o ganho de um Estado corresponde à perda do outro. Buscam, assim, alterar a balança de poder a seu favor em detrimento dos potenciais rivais e mantêm como objetivo supremo a hegemonia no sistema — embora, em geral, o melhor resultado que podem alcançar seja a hegemonia regional (Mearsheimer 2001).

É precisamente esse aspecto, relacionado a quanto poder o Estado precisa acumular, que marca uma das principais diferenças entre o realismo ofensivo de Mearsheimer e o realismo defensivo de Waltz. Enquanto Waltz (1979) argumenta que as grandes potências procuram manter a balança de poder equilibrada, sem incentivos para acumular mais poder do que o necessário para preservar o *status quo*, o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), de modo diferente, considera que os imperativos sistêmicos “obrigam” os Estados mais poderosos a buscar acúmulos adicionais de poder e a perseguir a hegemonia como objetivo — mas “como nenhum Estado é provavelmente capaz de alcançar a hegemonia global”, afirma Mearsheimer, “o mundo está condenado a uma competição perpétua entre as grandes potências”<sup>9</sup> (2001, 2).

São esses imperativos sistêmicos e suas consequências para a política das grandes potências que, do ponto de vista de Mearsheimer, criam o ambiente trágico que, não sendo intencionalmente projetado pelos Estados, fatalmente os condena a um esforço permanente para alterar a balança de poder a seu favor — armando-se, formando alianças e eventualmente indo à guerra — tendo como objetivo final a sua hegemonia (2001). O sentido do trágico aí sugerido está nesse destino: os Estados mais poderosos comportam-se ofensivamente e são eventualmente levados à guerra não por escolha própria, mas por determinações decorrentes da forma como estão estruturalmente posicionados no sistema internacional (2001). Por outras palavras, o trágico é estruturalmente induzido:

---

8 Tradução livre de: “think and act offensively with regard to each other”.

9 Tradução livre de: “since no state is likely to achieve global hegemony”, (...), “the world is condemned to perpetual great-power competition”.





resulta de uma força externa e superior – os imperativos sistêmicos – que move as grandes potências para uma luta pela maximização de seu próprio poder e que, não raras vezes, culmina no choque violento contra seus oponentes:

Esta situação, que não é conscientemente projetada nem pretendida por ninguém, é genuinamente trágica. Grandes potências que não têm qualquer razão para lutar entre si — que estão simplesmente preocupadas com a sua própria sobrevivência — não têm alternativa senão a busca de poder e a tentativa de dominar os outros Estados no sistema (Mearsheimer 2001, 3).<sup>10</sup>

É importante notar que, apesar da centralidade da tragédia no título de sua obra-chave sobre o realismo ofensivo, Mearsheimer não vai além de breves indicações quando se refere a esse termo. O autor não problematiza conceitualmente a tragédia e tampouco conecta esse termo com o gênero trágico tal como concebido em sua origem grega clássica ou nas recriações posteriores da tragédia. De fato, para além do título, essa palavra aparece não mais do que duas vezes ao longo do texto (no Prefácio e na Introdução). Ainda assim, é possível perceber que a noção de tragédia está fortemente presente na obra, exercendo uma função importante dentro da estruturação geral do argumento do livro. Mais especificamente, é possível perceber que a tragédia, na visão de Mearsheimer, resulta de uma determinação externa às escolhas e ações humanas, condenando os Estados à luta pelo poder e ao confronto violento. É como se os imperativos sistêmicos tecessem, tal como a *moîra* (destino), o rumo das grandes potências, pré-determinando os seus comportamentos e levando-as a uma postura ofensiva que pode culminar em consequências catastróficas: o choque, a violência e a guerra.

O problema dessa redução do sentido do trágico a uma concepção determinística de destino é que ela não deixa ver que a catástrofe, do modo como se apresenta na tragédia em sua concepção original grega, não deve ser entendida “como o resultado de constrangimentos externos”<sup>11</sup> (Vernant 1990b, 247). A tragédia conecta-se com as ações de um sujeito específico (o herói trágico)

---

10 Tradução livre de: “This situation, which no one consciously designed or intended, is genuinely tragic. Great powers that have no reason to fight each other — that are merely concerned with their own survival — nevertheless have little choice but to pursue power and to seek to dominate the other states in the system”.

11 Tradução livre de: “not as the result of external constraints”.







que, ao fazer suas escolhas ou agir em uma determinada direção, comete, por ignorância ou por um erro de avaliação, a falha trágica (*hamartia*) que leva à cadeia de eventos que culmina na sua queda. Como argumenta Eric Dodds (1966), não passava pela cabeça do poeta trágico, muito menos do seu público na Atenas do século V a.C., que o herói trágico fosse “uma mera marionete” comandada por forças externas e que a sua “pré-determinada ‘porção de vida’ (*moîra*)”<sup>12</sup> lhe tirasse a liberdade de escolha e a responsabilidade pelas ações que o levavam à ruína (1966, 42).

Obviamente, também não passa pela cabeça de Mearsheimer que o Estado seja um autômato, uma marionete que apenas reage às imposições sistêmicas, sem agência para decidir e atuar a seu modo. Mearsheimer reconhece que os Estados fazem escolhas, mas entende essa agência a partir de uma ontologia do Estado como bloco unitário e a partir do pressuposto do agente racional estratégico. Isto significa, basicamente, que o Estado é visto como um bloco monolítico que unifica os processos de decisão internos por meio de procedimentos deliberativos racionais conduzidos por líderes e assessores que, intuitivamente ou explicitamente, orientam-se por concepções teóricas do mundo. Esses decisores teoricamente informados — que Mearsheimer, em sua obra mais recente em parceria com Sebastian Rosato (2024), chama de *homo theoreticus* — conduzem os processos deliberativos que, agregados, definem as estratégias que fazem do Estado um agente unitário racional.

Para Mearsheimer, as grandes potências, enquanto atores unitários-rationais, comportaram-se no passado e continuarão a comportar-se no futuro “de acordo com os ditames do realismo ofensivo porque estes delineiam a melhor maneira de sobreviver em um mundo perigoso”<sup>13</sup> (2001, 11). Desse modo, ainda que as grandes potências possam fazer suas escolhas autônomas, elas comportam-se, primordialmente, buscando preservar a sua sobrevivência e, para isto, “devem sempre agir como bons realistas ofensivos”<sup>14</sup> (Mearsheimer 2001, 12). Nas palavras de Mearsheimer, o realismo ofensivo é uma teoria “rica” e “verossímil” (Mearsheimer 2001, 10; Mearsheimer e Rosato 2024, 59) que, por seus pressupostos, lógica causal e afirmações empíricas, descreve e explica a política das grandes potências de forma consistente. Mais ainda: enquanto teoria verossímil, não se

---

12 Tradução livre de: “a mere puppet” (...) “predetermined ‘portion of life’ (*moîra*)”.

13 Tradução livre de: “according to the dictates of offensive realism, because it outlines the best way to survive in a dangerous world”.

14 Tradução livre de: “should always act like good offensive realists”.





esgota na sua dimensão explanatória, mas serve também de prescrição sobre o modo como as grandes potências devem conduzir racionalmente a sua política externa. Se assim não fizerem, agindo fora do quadro de referência do realismo ofensivo, isto caracterizará “casos anômalos”, isto é, um “comportamento insensato” que “terá, invariavelmente consequências negativas”<sup>15</sup> (Mearsheimer 2001, 12). Essa prescrição é importante, segundo Mearsheimer, porque embora a dimensão descritiva da teoria demonstre que as grandes potências são “como prisioneiras encerradas em uma jaula de ferro”, forçadas a se comportarem de acordo com os imperativos sistêmicos, “o fato é que elas, por vezes – embora não com frequência –, agem em contradição com a teoria”<sup>16</sup> (Mearsheimer 2001, 12).

Isso mostra que Mearsheimer vê os Estados como atores que fazem escolhas, podendo agir de uma forma que se conforma ou não ao que é previsto na dimensão descritiva-explicativa da teoria. Mas se não agirem racionalmente como um “bom realista ofensivo”, vaticina Mearsheimer, enfrentarão “consequências negativas”<sup>17</sup> (2001, 12), isto é, “serão invariavelmente punidos, muitas vezes severamente, pelos seus erros”<sup>18</sup> (2006, 114). Mas é importante notar que não é aí, nesse eventual comportamento irracional de algum Estado e nas “consequências negativas” decorrentes de suas escolhas, onde Mearsheimer situa a tragédia — e esse é um aspecto fundamental a sublinhar.

Note-se que, dentro da formulação teórica do autor, não são as falhas e irracionalidades de determinado Estado ou de líderes específicos e outros atores de sua política externa que se conectam com o trágico. Ou seja, as “consequências negativas” ou as “punições” a que se refere Mearsheimer quando menciona os eventuais comportamentos irracionais de política externa não são os aspectos que, dentro da sua argumentação geral, criam a condição trágica da política internacional. No seu argumento geral sobre o realismo ofensivo, a tragédia é estruturalmente induzida: a anarquia e seus desdobramentos sistêmicos são o mecanismo causal que explica o permanente movimento dos Estados para maximizar a sua parcela de poder, buscar a hegemonia e adotar o comportamento agressivo que, fatalmente, condena o mundo à tragédia. Por outras palavras, a catástrofe trágica explica-se pela própria lógica dos imperativos sistêmicos, não

---

15 Tradução livre de “anomalous cases” (...) “foolish behavior invariably has negative consequences”.

16 Tradução livre de: “as prisoners trapped in an iron cage”, (...) “the fact remains that they sometimes — although not often — act in contradiction to the theory”.

17 Ver nota 15.

18 Tradução livre de: “they invariably get punished, often severely, for their errors”.





pelas irracionalidades, falhas e anomalias de eventuais comportamentos desviantes de algum Estado que não atue de acordo com os ditames do realismo ofensivo.

Voltarei a essas considerações mais adiante, a fim de mostrar que o pressuposto do agente racional e a centralidade dos fatores externos na visão trágica de Mearsheimer, embora importantes na estruturação do seu argumento geral sobre o realismo ofensivo, indicam uma compreensão frágil e limitada quando confrontada com o modo como a tragédia, entendida no seu sentido clássico, problematiza a agência humana e o conflito ético-político insolúvel que surge na relação conflituosa entre o herói trágico, o mundo social e a esfera das determinações externas. Para fins heurísticos, a próxima seção procura mostrar como esses aspectos são problematizados na peça *Édipo Rei*.

## O Problema Geral do Trágico: O Caso de *Édipo Rei*

O herói trágico, como destaca Jean-Pierre Vernant (1978; 1990a), era construído como um problema, não como um modelo. Tirado das antigas epopeias de Homero e Hesíodo, esse herói era reinventado na tragédia ao ser colocado perante ordens ético-políticas distintas e antagônicas, mostrando a tensão profunda que se estabelecia entre a ordem mítica arcaica e a nova ordem dessacralizada da *polis*. Nesse espaço de ambiguidade e transição, onde as certezas se esvaíam e as decisões e escolhas não mais podiam ser ancoradas em princípios universais, a tragédia expunha o abismo que se abria no seio da experiência social e o angustiante conflito que se instaurava diante da inexistência de um quadro estável de valores que pudesse fundamentar as ações humanas (1990a).

Vejam como esse conflito se constrói na peça *Édipo Rei* de Sófocles (2012), considerada a tragédia perfeita na avaliação de Aristóteles (2003). A trama é bem conhecida. Diante do flagelo que assola a cidade de Tebas, tornando estéreis o solo, os rebanhos e as mulheres, um oráculo de Apolo revela que a maldição emana do antigo rei morto, Laio, e que a purificação da cidade só ocorrerá após a descoberta do seu assassino. Édipo, que após a morte de Laio assumira o trono como retribuição por ter livrado a cidade do terror imposto pela esfinge devoradora que bloqueava a entrada de Tebas, é mais uma vez confrontado, após vários anos de bom governo, com as súplicas dos tebanos pela solução de um novo problema. Atendendo ao apelo da população, Édipo determina o início de uma investigação que leve ao esclarecimento do assassinato do antigo





rei. A cadeia de eventos que se segue revela a Édipo e à *polis* os fatos terríveis que, embora previstos numa antiga profecia de Apolo, lhes eram desconhecidos: Édipo, a quem todos julgavam estrangeiro, tinha nascido na casa real de Tebas e, mais surpreendente ainda, ele próprio, sem saber, tinha sido o autor da morte de Laio, na verdade seu pai. Jocasta, a rainha viúva que lhe fora oferecida como esposa e com quem tivera quatro filhos, era, portanto, a sua mãe. Diante da revelação do parricídio e do incesto, a tragédia termina com a autopunição de Édipo: a mutilação dos seus próprios olhos e o autoexílio.

Ainda que os elementos míticos e as profecias do destino estejam presentes na tragédia, é importante notar que Édipo, a todo momento, comanda suas ações, agindo de forma enfática para implementar suas decisões e pôr em curso a investigação que finalmente levará ao esclarecimento de sua própria identidade e de suas terríveis transgressões. Pode-se dizer, seguindo Eric Dodds (1966), que os acontecimentos catastróficos que encerram “Édipo rei” não podem ser atribuídos ao destino ou à intervenção divina — isto é, a uma dimensão externa à ação humana —, mas precisam ser entendidos como consequência das escolhas e decisões de Édipo enquanto sujeito dotado de vontade autônoma e liberdade de escolha. Do modo como Sófocles ficcionaliza o mito, as inserções de Apolo na tragédia mostram-se tão somente por meio de atos premonitórios, através das profecias anunciadas por seus oráculos, sem qualquer tipo de interferência direta nas ações e escolhas do protagonista.

Diversas passagens da tragédia nos autorizam a argumentar nesse sentido. Note-se, logo na cena inicial, que o flagelo que assola Tebas não é narrado no texto de Sófocles como uma intervenção divina, mas é introduzido na peça por meio de um oráculo, isto é, por meio de uma predição: o flagelo “emana do rei morto” (373)<sup>19</sup> — não de Apolo — e a “purificação” da cidade ocorrerá com a identificação e punição do seu assassino (123-129). Assim, o flagelo não é explicado na peça como a imposição de um castigo divino, mas é profeticamente articulado por meio de uma reivindicação por justiça — a identificação e a punição do responsável por um regicídio — que, para ser cumprida, depende da ação cívica do governante e daqueles que o auxiliam na condução dos assuntos da *polis*.

---

19 Nas citações a “Édipo Rei”, utiliza-se a numeração correspondente às linhas do texto original, seguindo a convenção geralmente adotada nas citações diretas aos textos das tragédias. Isto permite que, independentemente da edição ou da tradução consultada, as citações sejam facilmente localizadas no texto.





É interessante também notar que em nenhum momento da peça é dito que, na origem da cadeia de acontecimentos que leva à queda de Édipo, estaria uma maldição divina. Em nenhum ponto da peça está indicado que Laio teria recebido um comando de Apolo para não ter um filho ou uma ameaça de que o descumprimento desse comando levaria a uma maldição; tudo o que se pode perceber no texto é um oráculo afirmando que seu filho o mataria — mas um oráculo é apenas uma predição, não um comando ou uma ameaça divina (Finglass 2018, 30). Desse modo, a inserção de Apolo na narrativa é meramente divinatória. Apolo é invocado como deus-profeta conhecido por seus poderes premonitórios (495). Do mesmo modo, Tirésias é trazido à presença de Édipo por ser o oráculo mais próximo de Apolo e, portanto, possuidor das habilidades proféticas necessárias para ajudar na “revelação dos fatos” (338-340).

O que se nota, com base nessas passagens de *Édipo Rei*, é que Apolo e seus oráculos não fazem mais do que antecipar o tempo por meio de previsões. Por outros termos, a dimensão externa, própria da esfera divina, não condiciona ou determina o comportamento de Édipo, mas apenas faz previsões sobre os acontecimentos, cuja realização só se efetiva mediante as escolhas e ações do protagonista. É isto que leva Dodds a argumentar que a “causa imediata da ruína de Édipo não são o ‘Destino’ ou ‘os deuses’”, mas a “sua própria força e coragem, sua lealdade a Tebas e sua lealdade à verdade”; assim, continua Dodds, “devemos vê-lo como um agente livre” e perceber que “sua automutilação e autoexílio são atos igualmente livres”<sup>20</sup> (1966, 43).

A catástrofe em *Édipo Rei*, portanto, não está na profecia divina, mas se conecta diretamente com as ações e decisões que levam Édipo a buscar insistentemente a verdade sobre a morte do antigo rei e a descobrir, em consequência dessa busca, a sua própria identidade e a sua responsabilidade pelos terríveis atos ocorridos no passado. A sua autopunição no epílogo da tragédia reforça ainda mais o argumento de que ele age como sujeito que tem o domínio de suas decisões. Ao mutilar seus próprios olhos e anunciar o seu autoexílio, são as escolhas autônomas de Édipo que mostram toda sua potência. Ainda que Apolo tenha renunciado seus males, como Édipo reconhece, sua autopunição é um ato de sua própria vontade e, por isto, ele afirma categoricamente: “fui eu quem vazou os meus olhos. Mais ninguém. Fui eu mesmo, o infeliz!” (1579-1580).

---

20 Tradução livre de: “the immediate cause of Oedipus’ ruin is not ‘Fate’ or ‘the gods’” (...) “his own strength and courage, his loyalty to Thebes, and his loyalty to the truth” (...) “we are to see him as a free agent” (...) “his self- mutilation and self-banishment are equally free acts of choice”.







Isto não implica dizer que a esfera divina com suas predições do destino seja irrelevante na trama trágica. A afirmação da agência humana se coloca em permanente tensão com o mito, com a crença religiosa. Como notam Vernant e Vidal-Naquet, o “mito está *dentro da* tragédia ao mesmo tempo que é rejeitado por ela”<sup>21</sup> (1990, 14-15), o que mostra a ambiguidade dessa relação. Édipo é uma expressão dessa ambiguidade: é um herói conhecido da mitologia arcaica, mas que, na ficção construída por Sófocles, age e toma decisões como se fosse um governante da Atenas democrática do século V a.C. Essa mistura de mito e homem, incorporada dentro de um só personagem, reflete uma ambiguidade que se torna ainda mais complexa quando se examinam outros elementos. Édipo é um rei dedicado aos assuntos da *polis*, estimado por sua comunidade política, comprometido com a verdade e convicto de que age na busca de justiça, mas é ao mesmo tempo um ser que traz em sua biografia atos monstruosos como o parricídio e o incesto.

A noção de justiça é igualmente ambígua e contraditória. Édipo comete o parricídio e o incesto por desconhecimento; ele não conhecia o pai e a mãe, pois estes o haviam abandonado no monte Citéron logo após seu nascimento com os pés furados e amarrados para que fosse deixado à mercê da morte. Mas esses antecedentes igualmente monstruosos — o abandono e o infanticídio tentado por seus próprios pais que, obviamente, impediam Édipo de os reconhecer no futuro — não o inocentam. Perante o julgamento da *polis* e perante seu próprio julgamento, o incesto e o parricídio, sobretudo o praticado contra um rei, são crimes demasiadamente graves para serem atenuados. Como observa Vernant, “a lei não é uma construção lógica”<sup>22</sup> na tragédia (1990a, 25), o que torna a questão da justiça um problema sem solução. *Édipo Rei* não nos permite uma leitura guiada por parâmetros predefinidos do que é justo ou injusto, do que é certo ou errado, do que é bom ou mau, mas nos coloca diante da mistura, da ambiguidade e da instabilidade dessas posições. Ao fim da tragédia, nada mais resta do que grandes questões difíceis de responder, abertas à reflexão e ao debate permanente.

Conforme nota Vernant (1990c, 305), citando Walter Nestle, a tragédia surge “quando o mito começa a ser avaliado do ponto de vista do cidadão”<sup>23</sup> e, sob esse olhar, passa-se a vivenciar os paradoxos que se estabelecem quando a tradicional

21 Tradução livre de: “*mith* was both *in* tragedy and at the same time rejected by it” (ênfase no original).

22 Tradução livre de: “*law* is not a logical construction”.

23 Tradução livre de: “when *mith* began to be assessed from a citizen’s point of view”.





ordem dos arcaísmos religiosos e valores aristocráticos entram em choque com a nova ordem ético-política da *polis*. O pano de fundo da tragédia ainda é o mito, mas no núcleo da narrativa trágica está a realidade mundana da cidade, habitada por cidadãos diferentes, oscilantes, impenetráveis e contraditórios, que já não cabem numa visão de mundo aristocrática e ordenada por princípios e determinações externas e superiores do mito. Como o herói trágico geralmente trava uma luta para libertar-se das determinações externas, a realidade começa a se mostrar polissêmica e indeterminada, sem princípios totalizantes e unificadores, revelando um mundo no qual tudo pode reverter-se no seu contrário — aí está o sentido profundo da reviravolta (*peripeteia*) que geralmente provoca a inversão na fortuna do herói trágico, abrindo caminho para a catástrofe.

Enfim, é no seio de um conflito insolúvel — com seus traços de ambiguidade, fragmentação, incerteza e incompletude — onde o problema geral do trágico se revela em sua dimensão mais profunda. E esse conflito nasce de uma decisão, de uma escolha que o herói trágico faz quando é confrontado por um dilema ético-político insolúvel que a vida lhe apresenta. O trágico, desse modo, não nasce de uma determinação externa ou de uma imposição do destino, mas de um embate travado pelo herói trágico pela afirmação da sua vontade de agir e fazer escolhas, mesmo que isto leve à sua ruína.

## De Volta à Visão Trágica de Mearsheimer

Na concepção estrutural do realismo não cabem excessos e pormenores. A teoria precisa ser simples, “elegante”, reduzida às “variáveis mais importantes” para que possa ser útil como modelo de análise (Waltz 1979; Mearsheimer e Rosato 2024). Mantendo essa premissa, Mearsheimer coloca no núcleo do seu modelo teórico os elementos que lhe parecem mais importantes. Com esses elementos nucleares, o autor define os pressupostos, a lógica causal e as afirmações empíricas de sua teoria realista ofensiva. Deixa nas margens da teoria tudo o que parece subjetivo, contingente, múltiplo, diferente, ambíguo e irracional, tratando esses aspectos como “anomalias” incompatíveis com o núcleo descritivo da teoria ou como casos de “comportamento insensato” que não se ajustam à prescrição do que deve ser um “bom realista ofensivo”<sup>24</sup> (Mearsheimer 2001, 12).

---

<sup>24</sup> Ver notas 14 e 15.





A tragédia entra nesse modelo teórico de uma forma também simplificada. Para Mearsheimer, o problema do trágico não está na dúvida, na ambiguidade, no paradoxo, na irracionalidade, na impulsividade, no voluntarismo ou na intencionalidade dos protagonistas da trama, mas está na força externa dos imperativos sistêmicos. Como observado anteriormente, são os imperativos sistêmicos que fatalmente condena o mundo à tragédia, não os dilemas éticos, as falhas ou as eventuais condutas irracionais. Isso indica uma perspectiva da tragédia que não dá conta das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre a ordem externa de onde emana tudo aquilo que não se controla, que é obra do acaso — associada, assim, à ideia de destino —, e a ordem cívico-política da *polis*, de onde emerge o ator político complexo, dotado de agência, responsável pelos seus atos e decisões.

Édipo, como vimos na seção anterior, é o arquétipo desse sujeito complexo e ambíguo, situado entre ordens ético-políticas contraditórias, que luta contra o destino para afirmar a sua liberdade de fazer escolhas e agir. Quando se mergulha profundamente na leitura da tragédia de Sófocles, observando como Édipo se constitui como um enigma indecifrável e um agente que se lança apaixonadamente para realizar a sua vontade, consegue-se perceber que o agente racional estratégico que protagoniza a tragédia de Mearsheimer, afinal de contas, tem pouco ou nada de trágico — falta-lhe a complexidade, a ambiguidade, a paixão e o voluntarismo característicos do herói trágico.

O próprio ato de decisão, central no problema colocado pela tragédia, assume um perfil anti-trágico em Mearsheimer: abstraído dentro de um processo técnico-burocrático, condicionado por forças externas, o ato de decisão é racionalizado e, em consequência, esvaziado de sua tragicidade. Preso na “gaiola de ferro” dos imperativos sistêmicos (Mearsheimer 2001, 12), o agente racional estratégico não faz escolhas trágicas, pois suas decisões e ações são objetivamente pautadas por uma prescrição que já lhe diz, por antecipação, como deve agir. Definido como *homo theoreticus*, deve agir como um “bom realista ofensivo” (Mearsheimer 2001, 16) — “bom” não em um sentido ético, mas no sentido de se ajustar ao que prescreve a teoria. O protagonista da tragédia escrita por Mearsheimer — a grande potência — é previsível e sabe que deve seguir a prescrição: acumular todo o poder que puder para tornar-se hegemônico e, assim, garantir a sua segurança, mesmo que para isso precise ir à guerra. É racional que ele aja assim. Isso mostra que a catástrofe trágica, dentro da lógica do realismo ofensivo, resulta de um comportamento racional, não de um comportamento irracional, apaixonado e





voluntarioso. É no cumprimento do destino inescapável das grandes potências, traçado pelos imperativos sistêmicos, que a tragédia se coloca como uma categoria operacional dentro do realismo ofensivo de Mearsheimer.

Ocorre que o trágico, como procuramos mostrar em *Édipo Rei*, não pode ser reduzido a esse fatalismo. O trágico surge de um embate, de uma luta do protagonista pela afirmação da sua vontade de fazer escolhas e agir, mesmo que isto se choque contra o incontornável. E essa luta se dá na *polis*, na esfera pública (*ágora*), onde o dilema ético-político vivido pelo herói trágico se coloca como problema aberto ao questionamento da comunidade cívica. A composição estética original da tragédia traz a *polis* para dentro da trama — o coro, como uma espécie de consciência coletiva da *polis*, cujas falas cantadas expressam observações, comentários, aprovações e reprovações acerca das escolhas e ações do herói trágico, tem uma importância marcante nesse sentido (Vernant 1990a). Nota-se, com base em todos esses elementos, que o conflito ético-político na tragédia se articula por meio de uma tríade: o herói trágico (agente que atua e faz escolhas), a *polis* (*locus* da ação social e política) e a esfera mítica (*locus* do incontornável, do destino). É na crise profunda que se estabelece entre essas três dimensões, isto é, na relação conflituosa entre o ser humano, seu mundo social e seu imaginário mítico, onde se constituem os dilemas ético-políticos que levam à catástrofe trágica.<sup>25</sup>

Alguns aspectos importantes dessa tríade são perdidos ou modificados na visão trágica do realismo ofensivo. Ao fazer da anarquia uma espécie de “deidade” dotada de uma força superior capaz de determinar o destino das grandes potências, Mearsheimer procede como se a esfera sistêmica fosse o equivalente dessacralizado daquilo que, na tragédia grega, pertencia ao Olimpo. Com esse artifício, Mearsheimer transfere para uma dimensão externa e abstrata os aspectos imprevisíveis e acidentais associados ao trágico, reproduzindo aquilo que David Campbell já identificava em sua crítica ao realismo epistêmico: a tendência da bibliografia dominante de RI de colocar lá fora, “sob o signo da ‘anarquia’”, tudo o que possa invocar “a ambiguidade, a indeterminação e a incerteza no nosso horizonte”<sup>26</sup> (1992, 19).

25 Sigo, neste ponto, as observações de Lucien Goldmann (2016, 41). Embora a análise desse autor seja focada nas tragédias de Racine, ele considera que esse aspecto específico da tragédia — uma crise profunda na relação entre o ser humano, seu mundo social e seu mundo espiritual — define a tragédia de uma forma geral, desde a tragédia ática, passando por Shakespeare até chegar a Racine.

26 Tradução livre de: “under the sign of ‘anarchy’” (...) “ambiguity, indeterminacy, and uncertainty on our Horizon”.





O ponto de vista do agente político e a esfera da ação pública onde esse ponto de vista se manifesta e é escrutinado também se degradam na visão trágica de Mearsheimer. O protagonista da política das grandes potências não é um autômato — já discutimos isto anteriormente neste artigo —, mas como agente racional-estratégico tem a sua vontade extremamente limitada pelos imperativos sistêmicos e por uma racionalidade técnico-instrumental que reduz a política à avaliação sobre como agir como um “bom realista ofensivo”. Assim, diferentemente da tríade identificada na tragédia ática, a tragédia da política das grandes potências define-se basicamente por duas dimensões: a anarquia com seus poderes causais, equivalente dessacralizado da esfera mítica como sugeri anteriormente, e o ator unitário-racional-estratégico, versão anti-trágica do herói trágico, redefinido como “bom realista ofensivo”. O que poderia de alguma forma corresponder à *polis* — o *locus* da ação política, onde as bases sociais do poder são construídas e os dilemas ético-políticos complexos, ambíguos e muitas vezes insolúveis são enfrentados — é abstraída na tragédia escrita por Mearsheimer.

Isto nos leva a um ponto importante do debate epistemológico de RI relacionado ao próprio sentido da política. Como nota Richard Ashley em sua conhecida crítica ao neorrealismo, apesar da ênfase na política de poder dada pelo realismo estrutural, essa abordagem

não tem qualquer compreensão, e de fato nega, as bases sociais e os limites sociais do *poder*. [...] O poder [no neorrealismo] tem de ser reduzido, em última análise, a uma questão de capacidades, ou meios, sob o controle de um ator não reflexivo, cujo status como ator é dado desde o início (Ashley 1984, 259, ênfase no original).<sup>27</sup>

Para Ashley, o exercício do poder requer não só que o agente político seja reconhecido como um agente capaz de ter poder, mas também que demonstre sua competência em termos das estruturas coletivas e reflexivas “por meio das quais a comunidade confere sentido e organiza as expectativas coletivas”<sup>28</sup> sobre o exercício desse poder (1984, 259). A “construção do poder”, continua Ashley,

---

27 Tradução livre de: “(neorealism) has no comprehension of, and in fact denies, the social basis and social limits of *power*”... “(For the neorealist), power must be ultimately reducible to a matter of capabilities, or means, under the control of the unreflective actor whose status as an actor is given from the start” (ênfase no original).

28 Tradução livre de: “by which the community confers meaning and organizes collective expectations”.







tem sempre “um aspecto performativo comunitário-reflexivo”<sup>29</sup> que reconhece o poder do agente político, mas também define os seus limites. Esse é um aspecto importante da política que, no realismo estrutural, é substituído por “pura técnica”, por “resultados eficientes”, por “simples cálculos de instrumentos de controle”, negligenciando os traços de criatividade e senso crítico por meio dos quais as pessoas “podem refletir sobre os seus objetivos e lutar para moldar livremente a sua vontade coletiva”<sup>30</sup> (1984, 260). A política internacional, da perspectiva estrutural, é esvaziada de sua base social e de sua dimensão performativa, definindo-se por um “estatismo” que concebe o agente político como um ator unitário racional que “precisa ser tratado como uma unidade não problemática”,<sup>31</sup> isto é, como um dado objetivo para os efeitos da teoria (Ashley 1984, 238).

O que é importante perceber, seguindo esses posicionamentos críticos, é que a abordagem estrutural, que é mantida nas fundações do realismo ofensivo, leva ao obscurecimento ou a uma simplificação demasiada dos processos comunitários-reflexivos de construção e exercício do poder. A esfera onde as bases sociais do poder tomam forma e onde o poder é exercido, contestado e limitado — que na tragédia ática se conecta com a *polis* enquanto *locus* da ação política — fica sem qualquer dimensão correspondente na visão trágica de Mearsheimer. Restam a esfera das determinações estruturais, com a potência quase divina dos imperativos sistêmicos, e o agente unitário-racional-estratégico que, tratado como “unidade não problemática”, praticamente age no cumprimento do previsto, seguindo a prescrição do que deve ser um “bom realista ofensivo”.

Em uma concepção como essa, a política esvazia-se da sua dimensão humana. Dada a sua ênfase estrutural, a tragédia escrita por Mearsheimer joga para as margens duas dimensões importante da vida política: a agência humana e as bases sociais do poder. Como observa Cristiane Sylvester, mesmo quando Mearsheimer consegue “ver e nomear pessoas” no emaranhado das relações de poder, sua abordagem, assim como a de outros realistas estruturais, “domesticam a vida, reprimem-na ou conferem-lhe um estatuto implicitamente contingente e desprovido de agência nas relações internacionais”<sup>32</sup> (Sylvester 2013, 315).

---

29 Tradução livre de: “building power always has a com-munity-reflective performative aspect”.

30 Tradução livre de: “pute technique”, (...) “efficient achievement”, (...) “mere calculation of instruments of control”, (...) “might reflect on their goals and strive to shape freely their collective will”.

31 Tradução livre de: “(the state) must be treated as an unproblematic unity”.

32 Tradução livre de: “(...) tame life, quell it or give it an implicitly contingent and non-agentic status in international relations”.





## **Considerações Finais: Tragédia Para Além do Realismo Epistêmico**

Há, na base da visão trágica de Mearsheimer, um realismo epistêmico que faz com que a tragédia seja tratada como o equivalente das catástrofes do mundo real. Por realismo epistêmico eu me refiro, seguindo David Campbell (1992, 4), à lógica explanatória que olha para as coisas e dinâmicas sociais e políticas como se fossem independentes das ideias e discursos que se têm sobre elas. Dessa perspectiva epistêmica, pouco importam os textos trágicos, o seu suporte poético e os sentidos múltiplos e ambíguos que caracterizam o conflito trágico. Mearsheimer aborda a tragédia como um fenômeno empírico da realidade internacional — a competição pelo poder, o choque entre as grandes potências e a guerra — que se deve explicar objetivamente pela lógica causal dos imperativos sistêmicos. É dentro dessa lógica racionalista que a tragédia entra nas considerações teóricas de Mearsheimer, de modo que, para os propósitos explanatórios do realismo ofensivo, bastam dois aspectos-chave: a presunção de que o trágico interessa como um fato empírico, como a materialização da catástrofe real; e a assunção de que a tragédia na política internacional se explica por variáveis externas à ação humana, isto é, por determinações estruturais.

Isto faz com que a visão trágica de Mearsheimer não se conecte com as falhas, ambiguidades e contradições dos complexos dilemas ético-políticos que são próprios da ação política. O protagonista da tragédia da política das grandes potências — o ator unitário-racional-estratégico — é movido por cálculos racionais e instrumentais e pela solução eficiente dos problemas colocados pela competição pelo poder material em um mundo condicionado pelos imperativos sistêmicos. É isto que faz dele um “bom” realista ofensivo. Não existe margem, nessa visão, para o agente reflexivo, isto é, para o ator que age e reflete criticamente sobre suas próprias ações, suas responsabilidades e as estruturas sociais que o condicionam. Também não existe nessa visão da tragédia lugar para as bases sociais do poder. Como discutido anteriormente com a ajuda da crítica ao neorrealismo feita por Ashley, mas que podemos estender ao realismo ofensivo, a esfera pública onde as bases sociais do poder são construídas, reforçadas ou contestadas não entra no modelo teórico do autor. O que de fato importa é como o poder se mede em termos materiais e como esse poder se distribui relativamente na estrutura do sistema internacional. Nessa concepção materialista e racionalista da competição pelo poder, na qual os agentes políticos e a comunidade politicamente





organizada são subsumidos na figura abstrata de um ator unitário-racional, não há praticamente nada a dizer sobre os difíceis dilemas ético-políticos enfrentados pela agência humana diante das ambiguidades, dúvidas, incertezas, fragmentações e incompletudes do mundo.

São esses aspectos que, a meu ver, fazem com que a tragédia escrita por Mearsheimer pareça demasiadamente simplificada quando apreciada a partir das nuances e complexidades envolvidas no que se chamou, neste artigo, de problema geral do trágico. Sem a pretensão de avançar uma proposta alternativa de abordagem à tragédia — que não teria como ser defendida em bom rigor dentro dos limites deste artigo, mas que pretendo explorar nos desenvolvimentos futuros desta pesquisa — penso que pelo menos algumas direções gerais podem ser aqui indicadas para se abrir a agenda de pesquisa sobre a dimensão trágica da política internacional para além do realismo epistêmico aqui observado.

A primeira direção passa pela assunção de que a tragédia tem uma complexidade conceitual que não se deixa reduzir ao seu sentido cotidiano. O senso comum vê tragédia em qualquer fatalidade ou acontecimento catastrófico — e a visão trágica de Mearsheimer, de certa forma, reproduz essa percepção geral. Mas há muito mais a dizer sobre a tragédia do que a sua mera associação com as fatalidades catastróficas do mundo real. Como se procurou mostrar com a leitura de *Édipo Rei*, o envolvimento mais aprofundado com a análise textual e com a estrutura dramática da tragédia permitiu a identificação de alguns parâmetros que ajudaram não só a examinar a função da tragédia na lógica explanatória do realismo ofensivo, mas também a expor e analisar criticamente as simplificações realizadas por Mearsheimer na construção da sua teoria. Isso indica que a tragédia, muito além de uma metáfora ou sinônimo das catástrofes do mundo real, tem uma relevância epistêmica que merece ser considerada em seus próprios méritos, isto é, em conexão com o seu referencial conceitual e estético apropriado, quando se propõe refletir sobre a dimensão trágica da política internacional.

Uma segunda direção é perceber que o herói trágico é um agente que resiste às estruturas que tentam limitar a sua autonomia de escolha e ação. O herói trágico confronta forças externas que fogem ao seu controle, que tentam constranger a sua vida, mas nem por isto deixa de lutar para exercer a sua vontade desmedida. *Édipo Rei*, mais uma vez, serve de ilustração. Mesmo sabendo que um oráculo prenuncia a sua queda, Édipo segue na luta obsessiva para agir a seu modo — é assim que o herói trágico se liberta, exercendo a sua vontade como uma forma





de resistência contra a necessidade e a determinação. Dessa perspectiva, não há conformismo ou fatalismo na tragédia, mas uma forma radical de insubmissão. Aí está indicada uma perspectiva insurgente para se discutir a relação entre tragédia e política internacional de uma perspectiva ainda não explorada na disciplina de RI.

Uma terceira direção vai no sentido de se dar maior centralidade aos elementos que são subjacentes ao problema geral do trágico: a fugacidade das grandes certezas; o foco na contingência, no indefinido e na fragmentação; a ênfase na diferença, não na unidade; o especial interesse na exposição de um conflito, de uma contradição, não na proposição de uma solução. Como foi discutido neste artigo, não há espaço na tragédia para sentidos fixos e totalizantes, para lições edificantes sobre o certo e o errado e para modelos racionais de conduta e solução de problemas. Tudo o que a tragédia pode oferecer é um enigma, um quebra-cabeça ambíguo e fragmentado, que só pode ser montado de forma parcial e sempre a partir de diferentes perspectivas, sujeito à dúvida e ao questionamento constante. E esses aspectos se mostram por meio de uma forma específica de construção dramática. Assim, para se compreender a gramática do conflito trágico, não se pode prescindir do seu referencial estético — o texto literário, a encenação — que, desde as origens, define a tragédia.

Finalmente, para se vislumbrarem abordagens alternativas que levem a sério os aspectos anteriores, uma quarta direção pode ser encontrada nos desenvolvimentos metateóricos que, nas últimas quatro décadas, têm ampliado os limites disciplinares de RI. Algumas abordagens crítico-reflexivas e pós-positivistas — pós-estruturalismo, feminismo, pós-colonialismo e a chamada virada estética da política internacional — estão entre as alternativas possíveis nesse sentido. Por suas perspectivas desestabilizadoras das determinações e fronteiras, por suas aberturas às ambiguidades e diferenças, por seus olhares atentos à crise das grandes verdades, por suas desconfianças em relação aos sentidos e valores fixos e universais e por suas visões receptivas à arte enquanto fonte válida de produção de conhecimento, as abordagens reflexivas e pós-positivistas têm uma analítica interpretativa e um posicionamento crítico em relação ao realismo epistêmico que indicam, de suas perspectivas metateóricas específicas, caminhos possíveis para o reposicionamento da tragédia no debate em RI de uma forma que dê maior centralidade ao problema geral do trágico e ao seu referencial estético próprio. Estes são desafios que se lançam para uma revitalização do debate sobre a dimensão trágica da política internacional.





## Referências

- Ashley, Richard K. 1984. "The Poverty of Neorealism". *International Organization*, 38(2): 225-286.
- Aristóteles. 2003. *Poética*. Editora 34.
- Bleiker, Roland. 2001. "The Aesthetic Turn in International Political Theory". *Millennium: Journal of International Studies*, 30(3): 509-533.
- Campbell, David. 1992. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. University of Minnesota Press.
- Dodds, Eric. 1966. "On Misunderstanding the 'Oedipus Rex'". *Greece & Rome*, 13(1): 37-49.
- Erskine, Toni e Lebow, Richard Ned. 2012. *Tragedy and international relations*. Palgrave Macmillan.
- Finglass, P. J. 2018. *Sophocles Oedipus the King*. Cambridge University Press.
- Frost, Mervyn. 2003. "Tragedy, Ethics and International Relations". *International Relations*, 17(4): 477-495.
- Goldmann, Lucien. 2016. *The Hidden God: A Study of Tragic Vision in the Pensées of Pascal and the Tragedies of Racine*. Verso.
- Lebow, Richard Ned. 2003. *The Tragic Vision of Politics: Ethics, Interests and Order*. Cambridge University Press.
- Lebow, Richard Ned. 2020. *Ethics and International Relations: A Tragic Perspective*. Cambridge University Press.
- Mayall, James. 2003. "Tragedy, Progress and the International Order: A Response to Frost". *International Relations*, 17(4): 497-503.
- Mearsheimer, John J. 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Company.
- Mearsheimer, John. J. 2006. "Conversations in International Relations: Interview with John J. Mearsheimer (Part I)". *International Relations*, 20(1): 105-123.
- Mearsheimer, John J. e Rosato, Sebastian. 2024. *Como os Estados Pensam*. Editora UNESP.
- Morgenthau, Hans J. 1947. *Scientific Man vs. Power Politics*. Latimer House Limited.
- Nietzsche, Friedrich. 1992. *O Nascimento da Tragédia*. Companhia das Letras.
- Sófocles. 2012. "Édipo Rei". Em *A Trilogia Tebana*, organizado por Mário da Gama Kury. Zahar.
- Sylvester, Christine. 2013. "The Elusive Arts of Reflexivity in the 'Sciences' of International Relations". *Millennium — Journal of International Studies*, 41(2): 309-325.
- Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. McGraw-Hill.
- Vernant, Jean-Pierre. 1978. "Ambiguity and Reversal: On the Enigmatic Structure of Oedipus Rex". *New Literary History*, 9(3): 475-501.







- Vernant, Jean-Pierre. 1990a. "The Historical Momento of Tragedy in Greece: Some of the Social and psychological Conditions". Em *Mith and Tragedy in Ancient Greece*, organizado por J.P. Vernant e P. Vidal-Naquet. Zone Books, p. 23-28.
- Vernant, Jean-Pierre. 1990b. "The Tragic Subject: Historicity and Transhistoricity". Em *Mith and Tragedy in Ancient Greece*, organizado por J.P. Vernant e P. Vidal-Naquet. Zone Books, p. 237-247.
- Vernant, Jean-Pierre. 1990c. "Oedipus in Athens". Em *Mith and Tragedy in Ancient Greece*, organizado por J.P. Vernant e P. Vidal-Naquet. Zone Books, p. 301-327.
- Vernan, Jean Pierre e Vidal-Naquet, Pierre. 1990. "Preface to Volume II". Em *Mith and Tragedy in Ancient Greece*, organizado por J.P. Vernant e P. Vidal-Naquet. Zone Books, p. 13-22.

